



CONGRESSO NACIONAL

**COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

PAUTA DA 11ª REUNIÃO

(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

**18/12/2024
QUARTA-FEIRA
às 14 horas e 30 minutos**

Presidente: Senadora Augusta Brito

Vice-Presidente: Deputada Elcione Barbalho



Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

**11ª REUNIÃO 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA,
A REALIZAR-SE EM 18/12/2024.**

11ª REUNIÃO

quarta-feira, às 14 horas e 30 minutos

SUMÁRIO

FINALIDADE	PÁGINA
Apresentação do relatório de atividades da Comissão e encerramento dos trabalhos.	7

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - CMCVM

PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito

VICE-PRESIDENTE: Deputada Elcione Barbalho

(24 titulares e 24 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia(MDB, UNIÃO)			
Ivete da Silveira(MDB)(38)	SC 3303-2200	1 VAGO	
Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(6)	TO 3303-5990 / 5995 / 5900	2 VAGO(8)(13)	
VAGO		3 Soraya Thronicke(PODEMOS)(13)	MS 3303-1775
Plínio Valério(PSDB)(7)	AM 3303-2898 / 2800	4 Leila Barros(PDT)(14)	DF 3303-6427
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PT, PSD)			
Daniella Ribeiro(PSD)(1)	PB 3303-6788 / 6790	1 Margareth Buzetti(PSD)(3)	MT 3303-6408
Jussara Lima(PSD)(42)(29)(31)	PI 3303-5800	2 Mara Gabrilli(PSD)(4)	SP 3303-2191
Augusta Brito(PT)(2)	CE 3303-5940	3 Teresa Leidão(PT)(5)	PE 3303-2423
Ana Paula Lobato(PDT)(24)	MA 3303-2967	4 Eliziane Gama(PSD)(30)	MA 3303-6741
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)			
Jorge Seif(PL)(25)	SC 3303-3784 / 3756	1 Astronauta Marcos Pontes(PL)(27)	SP 3303-1177 / 1797
Magno Malta(PL)(26)	ES 3303-6370	2 Eduardo Girão(NOVO)(28)	CE 3303-6677 / 6678 / 6679
Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)			
Tereza Cristina(PP)(9)	MS 3303-2431	1 Ciro Nogueira(PP)(11)	PI 3303-6187 / 6188 / 6183
Dameres Alves(REPUBLICANOS)(10)	DF 3303-3265	2 Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(12)	RR 3303-5291 / 5292
Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA			
Fernanda Pessoa(UNIÃO)(32)	CE 3215-5209	1 Dayany Bittencourt(UNIÃO)(34)	CE 3215-5711
Silvyne Alves(UNIÃO)(33)	GO 3215-5850	2 Rosangela Moro(UNIÃO)(35)	SP 3215-5434
Ana Paula Leão(PP)(37)(39)	MG 3215-5658	3 Amanda Gentil(PP)(40)	MA 3215-5862
Flávia Moraes(PDT)(15)	GO 3215-5738	4 Enfermeira Ana Paula(PDT)(16)	CE
Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE, PSC			
Elcione Barbalho(MDB)(17)	PA 3215-5216	1 Iza Arruda(MDB)(43)	PE 3215-5828
Delegada Katarina(PSD)(22)	SE 3215-5756	2 Laura Carneiro(PSD)(23)	RJ 3215-5210
VAGO		3 VAGO	
PL			
Silvia Waiãpi(36)	AP 3215-5333	1 VAGO	
Maria Arraes(SOLIDARIEDADE)(41)	PE 3215-5654	2 VAGO	
PCdoB, PT, PV			
Jack Rocha(PT)(18)	ES 3215-5252	1 Ana Paula Lima(PT)(20)	SC 3215-5206
Camila Jara(PT)(19)	MS 3215-5860	2 Dilvanda Faro(PT)(21)	PA 3215-5723
PSOL, REDE			
VAGO		1 VAGO	

- (1) Designada como titular a Senadora Daniella Ribeiro, conforme Ofício n. 64/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática.
- (2) Designada como titular a Senadora Augusta Brito, conforme Ofício n. 64/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática.
- (3) Designada como suplente a Senadora Margareth Buzetti, conforme Ofício n. 64/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática.
- (4) Designada como suplente a Senadora Mara Gabrilli, conforme Ofício n. 64/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática.
- (5) Designada como suplente a Senadora Teresa Leidão, conforme Ofício n. 64/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática.
- (6) Designada como titular a Senadora Professora Dorinha Seabra, conforme Ofício n. 66/2023 da Liderança do Bloco Democracia.
- (7) Designado como titular o Senador Plínio Valério, conforme Ofício n. 66/2023 da Liderança do Bloco Democracia.
- (8) Designada como titular a Senadora Soraya Thronicke, conforme Ofício n. 66/2023 da Liderança do Bloco Democracia.
- (9) Designada como titular a Senadora Tereza Cristina, conforme Ofício n. 29/2023 do Bloco Aliança.
- (10) Designada como titular a Senadora Damares Alves, conforme Ofício n. 29/2023 do Bloco Aliança.
- (11) Designado como suplente o Senador Ciro Nogueira, conforme Ofício n. 29/2023 do Bloco Aliança.
- (12) Designado como suplente o Senador Mecias de Jesus, conforme Ofício n. 29/2023 do Bloco Aliança.
- (13) 14/09/2023: A Senadora Thronicke passa a ocupar a vaga de Suplente-3, correspondente ao PODEMOS na proporcionalidade intrabloco, conforme Ofício 138/2023 da Liderança do Bloco Democracia.
- (14) Designada como titular a Senadora Leila Barros, conforme Ofício n. 59/2023 da Liderança do Bloco Democracia.
- (15) Designada como titular a Deputada Flávia Moraes, conforme Ofício 114/2023 da Liderança do Bloco UNIÃO, PP, PDT, Federação PSDB/Cidadania, PSB, PATRIOTA, SD, AVANTE.
- (16) Designada como suplente a Deputada Enfermeira Ana Paula, conforme Of. 114/2023 da Liderança do Bloco UNIÃO, PP, PDT, Federação PSDB/Cidadania, PSB, PATRIOTA, SD, AVANTE.
- (17) Designada como titular a Deputada Elcione Barbalho, conforme Of. 247 da Liderança do Bloco MDB, REPUBLICANOS, PSD, PODE, PSC.
- (18) Designada como titular a Deputada Jack Rocha, conforme Ofício 405 da Federação Brasil da Esperança.
- (19) Designada como titular a Deputada Camila Jara, conforme Ofício 405 da Federação Brasil da Esperança.
- (20) Designada como suplente a Deputada Ana Paula Lima, conforme Ofício 405 da Federação Brasil da Esperança.
- (21) Designada como suplente a Deputada Dilvanda Faro, conforme Ofício 405 da Federação Brasil da Esperança.
- (22) Designada como titular a Deputada Delegada Katarina, conforme Of. 408/2023 da Liderança do PSD-CD.
- (23) Designada como suplente a Deputada Laura Carneiro, conforme Of. 408/2023 da Liderança do PSD-CD.

- (24) Designada como titular a Senadora Ana Paula Lobato, conforme Ofício 90/2023 do Bloco Resistência Democrática.
- (25) Designado como titular o Senador Jorge Seif, conforme Ofício 140/2023 do Bloco Vanguarda.
- (26) Designado como titular o Senador Magno Malta, conforme Ofício 140/2023 do Bloco Vanguarda.
- (27) Designado como suplente o Senador Astronauta Marcos Pontes, conforme Ofício 140/2023 do Bloco Vanguarda.
- (28) Designado como suplente o Senador Eduardo Girão, conforme Ofício 140/2023 do Bloco Vanguarda.
- (29) Designada como titular a Senadora Jussara Lima, conforme Ofício n. 91/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática.
- (30) Designada como suplente a Senadora Eliziane Gama, conforme Ofício n. 91/2023 da Liderança do Bloco Resistência Democrática.
- (31) 13/12/2023: A Senadora Jussara Lima deixa de compor a comissão em virtude do retorno do titular do mandato, Senador Wellington Dias.
- (32) Designada como titular a Deputada Fernanda Pessoa, conforme Ofício 95/2023 da Liderança do União.
- (33) Designada como titular a Deputada Silvye Alves, conforme Ofício 95/2023 da Liderança do União.
- (34) Designada como suplente a Deputada Dayany Bittencourt, conforme Ofício 95/2023 da Liderança do União;
- (35) Designada como suplente a Deputada Rosângela Moro, conforme Ofício 95/2023 da Liderança do União;
- (36) 31/08/2023: Designada como titular a Deputada Silvia Waiápi, conforme Ofício 387/2023 da Liderança do PL-CD.
- (37) Designada como titular a Deputada Maria Arraes, conforme Ofício S/N da Liderança do Bloco UNIÃO, PP, PDT, Federação PSDB/Cidadania, PSB, PATRIOTA, SD, AVANTE.
- (38) 05/09/2023: Designada como titular a Senadora Ivete da Silveira, conforme Ofício 141/2023 do Bloco Democracia.
- (39) 26/09/2023: Designada como titular a Deputada Ana Paula Leão, em substituição à Deputada Maria Arraes, conforme Ofício 200/2023 da Liderança do Bloco UNIÃO, PP, Federação, PSDB, CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA.
- (40) 26/09/2023: Designada como suplente a Deputada Amanda Gentil, conforme Ofício n° 200/2023 da Liderança do Bloco UNIÃO, PP, Federação, PSDB, CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA.
- (41) 27/09/2023: Designada como titular a Deputada Maria Arraes, conforme Ofício n. 481/2023 da Liderança do PL-CD, ratificado pelo Ofício n. 46/2023 da Liderança do Solidariedade-CD.
- (42) 22/02/2024: Designada, como titular, a Senadora Jussara Lima (Ofício nº 4/2024 da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática).
- (43) 28/02/2024: Designada como suplente a Deputada Iza Arruda, conforme Ofício n° 6/2023 da Liderança do Bloco MBD, PSD, REPUBLICANOS, PODEMOS - CD.

REUNIÕES ORDINÁRIAS:

SECRETÁRIO(A): GIGLIOLA ANSILIERO

TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3504

FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:

E-MAIL: cocm@senado.leg.br



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 18 de dezembro de 2024
(quarta-feira)
às 14h30

PAUTA

11ª Reunião

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - CMCVM

PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito

RELATOR: Deputada Camila Jara

VICE-PRESIDENTE: Deputada Elcione Barbalho

	Reunião de Trabalho
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:

1. Relatório de atividades em anexo (18/12/2024 12:58)
2. Relatório de atividades em anexo (18/12/2024 13:05)

Reunião de Trabalho

Finalidade:

Apresentação do relatório de atividades da Comissão e encerramento dos trabalhos.

Anexos da Pauta

[Relatório de atividades do Biênio 2023-2024](#)

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM)

Relatório de Trabalho – Biênio 2023-2024

Presidenta: Senadora Augusta Brito (PT-CE)

Vice-Presidenta: Deputada Elcione Barbalho (MDB-PA)

Relatora: Deputada Camila Jara (PT-MS)



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	3
2. COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	5
2.1 Resolução nº 1, de 2014-CN.....	5
2.2 Composição da Comissão.....	6
2.3 Plano de Trabalho.....	8
3. ATIVIDADES REALIZADAS.....	11
3.1.1 Reuniões realizadas em 2023.....	11
1ª Reunião – Instalação e eleição.....	11
2ª Reunião – Deliberativa.....	11
3ª Reunião – Programa de Capacitação para Enfrentamento da Violência contra Mulheres e Meninas.....	11
4ª Reunião – Outubro Rosa – Mês de Conscientização Sobre o Câncer de Mama.....	13
5ª Reunião - Emendas da Comissão ao PLDO 2024.....	16
6ª Reunião - Debater violência de Gênero e Raça nos espaços de Poder.....	18
7ª Reunião – Remarcada.....	23
3.1.2 Reuniões realizadas em 2024.....	24
8ª Reunião – “10ª Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher” e “Mapa Nacional da Violência de Gênero”.....	24
9ª Reunião – Procuradoria Especial da Mulher.....	27
10ª Reunião – Projeto Banco Vermelho no âmbito do Agosto Lilás.....	30
11ª Reunião – Concessão de fiança condicionada a decisão judicial, em crimes abrangidos pela Lei Maria da Penha.....	32
12ª Reunião – Ferramentas de combate à violência política de gênero.....	38
13ª Reunião - Campanha permanente de conscientização para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher no esporte.....	42
14ª Reunião – 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres.....	45
15ª Reunião – Situação de mulheres brasileiras vítimas de violência doméstica no exterior.....	48
16ª Reunião – Redes de enfrentamento às violências contra as mulheres.....	50
17ª Reunião – 10 Ações de políticas públicas para saúde mental de meninas e mulheres.....	52
4. PROJETOS DE LEI RELACIONADOS AOS TRABALHOS DA COMISSÃO.....	57
5. RECOMENDAÇÕES.....	57
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59



importância de termos mais instrumentos legais, jurídicos e culturais para proteger, de fato, as mulheres do nosso país – e aumenta a percepção delas sobre a sua própria segurança.

Outro dado preocupante vem do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)¹: mais de 380 mil casos de violência contra mulher foram registrados na Justiça brasileira entre janeiro e maio de 2024, sendo 318.514 de violência doméstica, 56.958 de estupro e 5.263 de feminicídio. Isso equivale a média superior a 2,5 mil novas ações judiciais por dia em todo o país.

A curva ascendente de feminicídios, conforme mencionado pelo Anuário Brasileiro, a permanência de altos padrões de violência contra mulheres e a incapacidade e conivência estatal com tais violências, detectadas tanto por pesquisas, estudos e relatórios nacionais e internacionais quanto pelos trabalhos desta Comissão, nos orientam para a necessidade, mais do que urgente, de mudanças legais e culturais em nossa sociedade, com as quais o nosso trabalho, no âmbito dessa Comissão, contribuiu.

Durante este biênio, dirigimos esforços, tanto para monitoramento dos números sobre a realidade da violência contra as mulheres no Brasil e das iniciativas e boas práticas para combate a esta violência, quanto dedicamos atenção ao acolhimento de vítimas e sobreviventes, à celebração da força e da criatividade das mulheres na reconstrução de suas vidas e na construção de movimentos e soluções para que nenhuma de nós sofra mais por ser mulher – ou por ser negra, indígena, menina, candomblecista, lésbica, trans, trabalhadora, entre tantos atravessamentos que marcam desigualdades, quando deveriam representar apenas a riqueza de nossa diversidade.

Com o presente relatório, que é parte da materialização do compromisso do Congresso Nacional com a pauta, buscamos contribuir para a construção de um Brasil democrático e justo, pois não há democracia e justiça possíveis sem o fim da violência contra as mulheres.

¹ <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/justica-brasileira-recebe-25-mil-processos-de-violencia-contra-a-mulher-por-dia-segundo-cni/>. Acesso em 16 dezembro de 2024.



2. Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

2.1 Resolução nº 1, de 2014-CN

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher no âmbito do Congresso Nacional foi instituída pela Resolução nº 1, de 2014-CN, promulgada em 17 de janeiro de 2014. Originada por proposta de iniciativa da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que investigou a violência contra as mulheres no Brasil, esta iniciativa marca o compromisso do Legislativo com a construção de uma política pública sólida para o enfrentamento de uma das mais graves violações de direitos humanos no país.

Com base no art. 128, alínea "a" do Regimento Comum, a Resolução estabeleceu que a Comissão seria composta por 22 parlamentares titulares – 11 deputados federais e 11 senadores – e respectivos suplentes, respeitando, sempre que possível, o critério da proporcionalidade partidária, em composição plural que reforça a dimensão coletiva e representativa dos trabalhos conduzidos pela Comissão.

Foram atribuídas à Comissão competências cruciais para o enfrentamento da violência de gênero, detalhadas no Art. 3º, entre as quais destacam-se:

- Diagnosticar lacunas nos serviços públicos de seguridade social, segurança pública e justiça destinados às mulheres em situação de violência;
- Propor ações para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres;
- Promover audiências públicas, ouvindo entidades da sociedade civil e especialistas na área;
- Solicitar depoimentos de autoridades e cidadãos, contribuindo para a formulação de propostas legislativas e operacionais;
- Estabelecer intercâmbio internacional, permitindo a absorção de boas práticas e o aprimoramento de políticas públicas nacionais.



Embora concebida como uma Comissão Permanente, a Resolução definiu que seus trabalhos seriam realizados ao longo de três legislaturas consecutivas (55^a, 56^a e 57^a legislaturas), conforme disposto no Art. 9º. Durante a última dessas legislaturas, será avaliada a conveniência de continuidade da Comissão, em um processo que priorizará a análise dos resultados obtidos e da relevância do tema no cenário político e social.

Este relatório bienal reafirma a importância da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, um instrumento fundamental para a articulação de ações legislativas, a fiscalização de políticas públicas existentes e o fortalecimento de uma agenda nacional para a erradicação da violência de gênero. Sua atuação visa garantir que o Congresso Nacional cumpra seu papel de protagonista na defesa dos direitos humanos, promovendo ações coordenadas entre os poderes da República e a sociedade civil. Desta forma, o órgão vem consolidando-se como uma instância indispensável para a proteção e a promoção dos direitos das mulheres no Brasil.

2.2 Composição da Comissão

Presidente: Sen. Augusta Brito (PT/CE)

Vice-Presidente: Dep. Elcione Barbalho (MDB/PA)

Relatora: Dep. Camila Jara (PT/MS)

Membros Titulares do Senado Federal

Sen. Ana Paula Lobato (PDT/MA)

Sen. Augusta Brito (PT/CE)

Sen. Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Sen. Daniella Ribeiro (PSD/PB)

Sen. Ivete da Silveira (MDB/SC)

Sen. Jorge Seif (PL/SC)

Sen. Jussara Lima (PSD/PI)

Sen. Magno Malta (PL/ES)

Sen. Plínio Valério (PSDB/AM)

Sen. Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)



Sen. Tereza Cristina (PP/MS)

Membros Titulares da Câmara dos Deputados

Dep. Ana Paula Leão (PP/MG)

Dep. Camila Jara (PT/MS)

Dep. Delegada Katarina (PSD/SE)

Dep. Elcione Barbalho (MDB/PA)

Dep. Fernanda Pessoa (UNIÃO/CE)

Dep. Flávia Moraes (PDT/GO)

Dep. Jack Rocha (PT/ES)

Dep. Maria Arraes (SOLIDARIEDADE/PE)

Dep. Silvia Waiãpi (PL/AP)

Dep. Silvye Alves (UNIÃO/GO)

Membros Suplentes do Senado Federal

Sen. Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Sen. Ciro Nogueira (PP/PI)

Sen. Eduardo Girão (NOVO/CE)

Sen. Eliziane Gama (PSD/MA)

Sen. Leila Barros (PDT/DF)

Sen. Margareth Buzetti (PSD/MT)

Sen. Mara Gabrilli (PSD/SP)

Sen. Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Sen. Soraya Thronicke (PODEMOS/MS)

Sen. Teresa Leitão (PT/PE)

Membros Suplentes da Câmara dos Deputados

Dep. Amanda Gentil (PP/MA)

Dep. Ana Paula Lima (PT/SC)

Dep. Dayany Bittencourt (UNIÃO/CE)

Dep. Dilvanda Faro (PT/PA)

Dep. Enfermeira Ana Paula (PDT/CE)

Dep. Iza Arruda (MDB/PE)

Dep. Laura Carneiro (PSD/RJ)



3. Realizar diligências às Casas da Mulher Brasileira, ver quantas unidades já estão instaladas no país, para conhecer e avaliar a efetividade das ações de combate à violência contra a mulher;

4. Realizar audiências públicas nos estados, priorizando os que apresentaram o maior crescimento no índice da Violência contra a Mulher;

5. Otimizar a parceria com o Observatório da Violência contra a Mulher, garantindo o seu papel de análise e consultoria à CMCVM, bem como a disponibilização dos diversos dados referentes à violência e seu ao enfrentamento:

6. Realizar levantamento dos projetos em tramitação no Congresso Nacional relacionados à proteção da mulher, prevenção à violência e punição de agressores;

7. Incentivar as Assembleias Legislativas de todo território nacional para que instalem as procuradorias das mulheres;

8. Debater sobre a violência política de gênero e como combater esse tipo de violência contra as mulheres em espaços de poder;

9. *Garantir recursos para ações específicas relacionadas ao combate à violência, contemplando mulheres negras, indígenas, quilombolas, de matriz africana, ciganas, de comunidades e povos tradicionais, de terreiro, do campo, das águas, da floresta, lésbicas, transexuais, travestis, egressas do sistema prisional, com deficiência e com mobilidade reduzida.*

10. Realizar audiências com mulheres vítimas de violência, movimentos de mulheres, autoridades públicas e instituições da sociedade civil.

11. Ampliar a discussão sobre os elementos de violência estrutural que se inserem no contexto da violência contra a mulher e o conceito de gênero.

12. Sessão Especial do Senado Federal de Prevenção ao Câncer de Mama, em alusão ao Outubro Rosa.

13. *Audiência Pública sobre Raça e Gênero, em alusão ao Novembro Negro.*

14. *Diligências Estaduais nas Assembleias legislativas dos Estados, para conhecer e avaliar a efetividade das ações de combate à violência contra a mulher em nível estadual.*



O Brasil ocupa a quinta posição no ranking mundial de homicídios contra mulheres. Em 2022, 3.930 mulheres foram mortas de forma violenta, sendo 1.410 feminicídios, aumento de 5% em relação ao mesmo período do ano anterior. O agressor possui algum conhecido da vítima (76,4%), com destaque para companheiro (23,8%), vizinhos (21,1%) e ex-companheiro (15,2%).

Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Ceará e Bahia apresentaram as taxas maiores taxas de homicídio de mulheres no país em 2022.

O machismo estrutural, arraigado na sociedade brasileira, induz a conduta violenta do homem, como forma de reforçar sua dominação sobre a mulher. A violência contra mulher está tão arraigada na nossa sociedade que quase não é percebida, sendo banalizada e, muitas vezes, aceita como natural pela vítima.

O grande desafio fazer com que a sociedade reflita sobre o modelo de masculinidade vigente. Ciente de que a educação um dos pilares para construção de uma sociedade mais justa e igualitária, a Fundação Demócrito Rocha (FDR), realizou em 2020 e 2021 os cursos “Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher” e “O Papel do Homem na Violência Contra Mulher”, voltados para formação de agentes de enfrentamento violência contra mulher.

A grande aceitação dos dois cursos ofertados pela FDR sobre violência contra mulher, com quase 100 mil cursistas inscritos, alertou para a necessidade de ampliar a discussão desse tema, alcançando, além do Ceará, outros Estados e públicos.

Para ampliar a ação das políticas preventivas de combate à violência contra a mulher, assim com a capacitação de agentes para realizar esse trabalho, a FDR busca contribuir para a formação de agentes de enfrentamento da violência contra mulheres e meninas, atuando na prevenção de possíveis casos de violência e, sempre que necessário, prestando orientação sobre as redes de apoio e acolhimento das vítimas.

Contribuir para a equidade de gênero, estimulando a reflexão sobre o machismo estrutural da sociedade brasileira e seus impactos não apenas na saúde da mulher, mas também na saúde emocional e física do



1. Marcos normativos Internacionais e os avanços nos Direitos Humanos das Mulheres.
2. Gênero e Interseccionalidade: gênero, raça e sexualidade.
3. Violência de gênero, modelos de masculinidades e masculinidades tóxicas: o papel do homem no enfrentamento da violência contra a mulher.
4. A educação no enfrentamento da violência contra a mulher: conteúdos e metodologias para a abordagem do tema nas escolas.
5. Violência contra a mulher por um olhar sistêmico: o Papel das áreas de saúde e assistência.
6. A violência doméstica e familiar: a realidade brasileira e contextos regionais.
7. Rede de atenção / proteção social na violência doméstica e familiar.
8. Feminicídio no Brasil: a Lei Maria da Penha e a realidade das mortes violentas de mulheres no País.
9. Políticas e diretrizes nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (feminicídio).
10. Gênero, masculinidades e a violência contra a mulher no mundo do trabalho.
11. Mídias sociais, violência contra a mulher e informação.
12. A Rede de enfrentamento à violência contra a mulher: estado, sociedade civil e iniciativas privadas.

A reunião realizada em 25 de outubro de 2023 foi composta por uma parte deliberativa e pelo convite às parlamentares para participarem da Sessão Especial no Plenário do Senado, convocada por requerimento da Presidente da Comissão.

ITEM 1- REQ 2/2023 – CMCVM: Requer Aprovação do Plano de Ações da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher para o biênio 2023-2024. Autoria: Deputada Federal Camila Jara



ITEM 2 - REQ 3/2023 – CMCVM: Requer Aprovação de Requerimento de diligência com ônus no âmbito desta Comissão, na Assembleia legislativa do Ceará, para conhecer e avaliar a efetividade das ações de combate à violência contra a mulher em nível estadual. Autoria: Deputada Federal Camila Jara.

ITEM 3 - REQ 4/2023 – CMCVM: Requer Aprovação de Requerimento de audiência pública com o tema “Violência de gênero e raça nos espaços de poder”. Autoria: Deputada Federal Camila Jara.

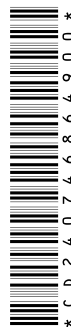
Segunda parte – Sessão Especial

Na sequência, foi realizada Sessão Especial no Plenário do Senado Federal, em comemoração ao “Outubro Rosa – Mês de Conscientização Sobre o Câncer de Mama”, por requerimento da Senadora Augusta Brito, enquanto presidente da CMCVM.

MESA: Senadora Augusta Brito; Dep. Elcione Barbalho; Dep. Camila Jara; Ilana Trombka (Diretora-geral do Senado Federal); Patrícia Seixas (Coordenadora da Liga do Bem); Maria José Félix (Zezé), servidora terceirizada do Senado; Dra. Karimi Amaral, Membro da Sociedade Brasileira de Mastologia e Médica mastologista integrante do corpo clínico da Rede D'or; Joana Jeker dos Anjos, Presidente e Fundadora da Recomeçar (Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília); Alexandre Bem, Coordenador de Relações Governamentais da FEMAMA (Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama).

A abertura do evento foi conduzida pela Senadora Augusta Brito, que destacou a importância da campanha e enfatizou que o câncer de mama é a principal causa de morte entre as mulheres. A senadora ressaltou a necessidade urgente de políticas públicas que ampliem o acesso à prevenção e ao diagnóstico precoce, e mencionou também a importância de se combater a desinformação e de garantir que todas as mulheres tenham acesso aos exames preventivos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Em seguida, Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal, reforçou o compromisso da Casa com a causa e a necessidade de dar visibilidade às questões relacionadas à saúde feminina. Ela destacou o papel do Senado em promover ações concretas, como a iluminação do prédio em rosa, simbolizando o apoio institucional ao movimento. Ilana também



Dra. Karimi Amaral trouxe uma abordagem médica e técnica ao debate, explicando a importância do diagnóstico precoce para aumentar as chances de cura. Ela reforçou que o câncer de mama, se identificado nos estágios iniciais, tem alta taxa de sucesso no tratamento. A médica destacou a necessidade de maior conscientização sobre os exames periódicos, como a mamografia, e chamou atenção para os avanços da medicina no tratamento da doença.

Joana Jeker compartilhou o trabalho desenvolvido pela Associação Recomeçar, que oferece apoio físico e emocional a mulheres que passaram por mastectomia, e destacou a importância da reconstrução da autoestima e do acolhimento durante o tratamento e o pós-tratamento. Joana também abordou a luta contra o preconceito e a necessidade de ampliar as políticas públicas para facilitar o acesso às próteses e cirurgias reparadoras.

* C D 2 4 0 7 4 6 8 6 4 9 0 0 *



Tels (61) 3215-5860/3860 | dep.camilajara@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD240746864900>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Camila Jara

A deputada Elcione Barbalho destacou a necessidade de intensificar as políticas públicas voltadas à prevenção e ao diagnóstico precoce do câncer de mama. Ela ressaltou sua trajetória na luta pela saúde da mulher, mencionando projetos de lei e campanhas de conscientização que ajudaram a ampliar o acesso a exames como a mamografia. Elcione reforçou a importância do Outubro Rosa como uma mobilização social essencial para salvar vidas.

A deputada Camila Jara chamou a atenção para a importância do SUS no combate ao câncer de mama, destacando que o acesso universal e gratuito aos exames preventivos é um direito fundamental das mulheres. Ela também ressaltou a necessidade de reduzir desigualdades regionais, garantindo que todas as mulheres, independentemente de sua condição social ou localidade, tenham acesso a diagnóstico e tratamento adequados.

Maria José Félix, conhecida como Zezé, emocionou o público ao compartilhar sua experiência pessoal com o câncer de mama. Ela relatou os desafios enfrentados durante o tratamento e a importância do apoio emocional e familiar para superar a doença. Zezé ressaltou a relevância da solidariedade no ambiente de trabalho, agradecendo o apoio recebido e incentivando outras mulheres a realizarem exames preventivos com regularidade.

O evento foi encerrado com uma mensagem coletiva de conscientização, destacando a necessidade de investimentos públicos mais robustos na prevenção e no tratamento do câncer de mama. A celebração do Outubro Rosa no Senado Federal simbolizou a união da sociedade e das instituições na luta pela saúde feminina, reiterando que a prevenção e o diagnóstico precoce são atos de amor e cuidado.

5ª Reunião - Emendas da Comissão ao PLDO 2024

Na Reunião de trabalho realizada em 14 de novembro de 2023, foram aprovadas, por unanimidade, as seguintes emendas ao anexo de metas e prioridades do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2023 - Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024:

- Emenda nº 1-CMCVM, de iniciativa da Deputada Elcione Barbalho (Sugestão nº 1), PROGRAMA 5662 - Mulher Viver Sem Violência, AÇÃO 00SN - Apoio à Implementação de Casas da Mulher Brasileira e de



Centros de Referência da Mulher Brasileira,
ACRÉSCIMO DE META: 27;

- Emenda nº 2-CMCVM, de iniciativa da Senadora Augusta Brito (Sugestão nº 32), PROGRAMA 5661- Programa Igualdade de Poder e Decisão para Mulheres, AÇÃO 21GF - Ampliação da Participação Efetiva das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão, ACRÉSCIMO DE META: 300;
- Emenda nº 3-CMCVM, de iniciativa da Senadora Professora Dorinha Seabra, com ajuste de acréscimo de meta (Sugestão nº 41), PROGRAMA 5662 - Programa Mulher Viver Sem Violência; AÇÃO 21GJ - Políticas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, ACRÉSCIMO DE META: 13; e as seguintes emendas ao texto do PLDO 2024:
- Emenda nº 4-CMCVM, de iniciativa da Senadora Eliziane Gama (Sugestão nº 5), aditiva ao Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 19, § único;
- Emenda nº 5-CMCVM, de iniciativa da Senadora Eliziane Gama (Sugestão nº 6), aditiva ao Corpo da Lei, Cap III, Art 12, Inciso XXV;
- Emenda nº 6-CMCVM, de iniciativa da Senadora Eliziane Gama (Sugestão nº 7), modificativa ao Corpo da Lei, Cap V, Seção I, Subseção III, Art 87, Inciso VI, Alínea a;
- Emenda nº 7-CMCVM, de iniciativa da Deputada Jack Rocha (Sugestão nº 16), modificativa ao Corpo da Lei, Cap VIII, Art 126, § 4, Inciso II;
- Emenda nº 8-CMCVM, de iniciativa da Deputada Jack Rocha (Sugestão nº 17), modificativa ao Corpo da Lei, Cap VIII, Art 126, § 4, Inciso III, Alínea a;
- Emenda nº 9-CMCVM, de iniciativa da Deputada Jack Rocha (Sugestão nº 18), modificativa ao Corpo da Lei, Cap XI, Seção I, Art 153, § 1, Inciso I, Alínea r;



- Emenda nº 10-CMCVM, de iniciativa da Deputada Jack Rocha (Sugestão nº 19), modificativa ao Corpo da Lei, Cap VIII, Art 126, Inciso IV;
- Emenda nº 11-CMCVM, de iniciativa da Deputada Jack Rocha (Sugestão nº 21), modificativa ao Corpo da Lei, Cap VIII, Art 126; e
- Emenda nº 12-CMCVM, de iniciativa da Senadora Augusta Brito (Sugestão nº 31), aditiva ao Corpo da Lei, Cap III, Art 12, Inciso XXV.

6ª Reunião - Debater violência de Gênero e Raça nos espaços de Poder

A reunião realizada em 22 de novembro de 2023 foi composta de três partes: deliberativa, audiência pública e reunião de trabalho sobre as emendas de comissão ao PLOA 2024.

Primeira parte – Reunião de Trabalho

Objetivo: Apreciação das emendas da Comissão ao PLOA 2024 (PL 29/2023-CN).

Durante a reunião, foram apresentadas 43 sugestões de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024. A Deputada Jack Rocha destacou a importância de sintetizar essas ações em quatro emendas, enfatizando a relevância de assegurar recursos orçamentários para políticas públicas destinadas às mulheres, especialmente às mulheres negras.

Assim, foram aprovadas as seguintes emendas de apropriação, e a última de remanejamento:

- Emenda nº 1-CMCVM - 00SN – Apoio à Implementação de Casas da Mulher Brasileira e de Centros de Referência da Mulher Brasileira, 1.000.000.000;
- Emenda nº 2-CMCVM - 21GJ – Políticas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 700.000.000;
- Emenda nº 3- CMCVM - 21GG – Igualdade de Direitos e Autonomia Econômica das Mulheres, 200.000.000;



- Emenda nº 4- CMCVM - 21GF – Ampliação da Participação Efetiva das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão, 600.000.000.
- Emenda nº 5- CMCVM - 210W – Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania e o Bem Viver de Mulheres Rurais – nacional, 150.000.000

Segunda parte – Deliberativa

Foram aprovados os requerimentos:

ITEM 1 - REQ 5/2023 – CMCVM: Requer a realização de audiência pública com o objetivo de apresentar a “10ª edição da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher” e o “Mapa Nacional da Violência de Gênero”. Autoria: Senadora Augusta Brito.

ITEM 2 - REQ 6/2023 – CMCVM: Requerimento de audiência pública com o objetivo de apresentar a cartilha “10 ações de políticas públicas para saúde mental de meninas e mulheres” na CMCVM. Autoria: Senadora Augusta Brito.

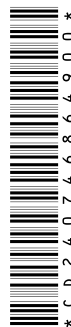
ITEM 3 - REQ 7/2023 – CMCVM: Requer à Presidência da República e ao Ministério das Mulheres informações referentes aos programas e ações de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Autoria: Senadora Augusta Brito

Terceira parte - Audiência Pública.

Finalidade: Debater violência de Gênero e Raça nos espaços de Poder.

Participantes: Naiara Fonteles (Presidenta do Coletivo Quintal de Palmares); Bartolina Ramalho Catanante, Presidenta do Grupo TEZ (Trabalho Estudos Zumbi); Manuella Mirella, Presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE); Thaize de Souza Reis - Docente da UFMS; Zelma Madeira (Secretária de Igualdade Racial do Estado de Ceará).

A audiência pública contou com uma mesa composta exclusivamente por mulheres negras, que abordaram sob diferentes vieses os temas relacionados à violência de gênero e raça nos espaços de poder.



desejo, do nosso compromisso de que essa parceria enseje colaborações longevas para concepção, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de proteção e acolhimento às mulheres no Brasil”.

A audiência contou com a discussão por diversas parlamentares, como a Senadora Jussara Lima, que destacou a urgência de fortalecer as redes de apoio às vítimas de violência de gênero, especialmente em regiões periféricas e comunidades vulneráveis; a Senadora Teresa Leitão, que ressaltou a necessidade de regionalizar as ações, adaptando políticas às realidades locais; a Deputada Gisela Simona, que apontou falhas na aplicação de leis como a Lei Maria da Penha e enfatizou a importância de capacitar profissionais da justiça e segurança pública para lidar com casos de violência de gênero; e a Senadora Leila Barros, que compartilhou iniciativas do Senado para fortalecer a legislação de proteção às mulheres e promover campanhas de educação sobre igualdade de gênero, e também reforçou a importância de parcerias entre o Legislativo e organizações da sociedade civil para ampliar o alcance das políticas públicas.

9ª Reunião – Procuradoria Especial da Mulher

A reunião realizada em 06 de março de 2024 foi composta por uma parte deliberativa e uma audiência pública.

Primeira parte – Deliberativa

Foram aprovados dois requerimentos:

ITEM 1 - REQ 6/2024 – CMCVM: Requer a realização de Audiência Pública para debater o PL 2253/2023, que “Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, a fim de condicionar o arbitramento da fiança, nos crimes sujeitos à aplicação da Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, à decisão do juiz”.
Autoria: Deputada Federal Rosângela Moro.

ITEM 2 - REQ 7/2024 – CMCVM (EXTRAPAUTA): Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater sobre Redes de enfrentamento às violências contra as mulheres. Autoria: Senadora Teresa Leitão.



Segunda parte – Audiência Pública.

Finalidade: Debater sobre a “Procuradoria Especial da Mulher e a atuação do Poder Legislativo na prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres”.

Participantes: Denise Motta Dau, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Ministério das Mulheres; Soraya Santos, Procuradora da Mulher da Câmara dos Deputados; Raquel Andrade, Secretária Executiva de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher da Secretaria das Mulheres do Estado do Ceará

Nessa audiência pública, a Deputada Soraya Santos (PL-RJ), Procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados, afirmou que logo após a criação da Procuradoria da Mulher, ela começou a organizar caravanas para levar o tema do combate à violência contra a mulher para todos os estados brasileiros.

Segundo relatou a Deputada Soraya Santos, “é importante entender que, dentro da Procuradoria da Mulher na Câmara, nós desenhamos claramente quatro pilares. O primeiro pilar, Senadora Augusta, está voltado à violência política contra a mulher, que é uma lei nova e que ainda faz muita confusão. Por que violência política? Porque nós temos que ter mulheres em todos os espaços de decisão, e a gente vê ainda que infelizmente nós temos mil municípios que nem sequer Vereadoras têm”.

Além disso, segundo relatou a Deputada, “o feminicídio, que é um crime evitável. Vejam, esse tema nos choca por quê? Toda mulher tem, em média, 40 semanas de gestação. Será possível que nenhum município pode planejar esse nascimento? O feminicídio, por sua vez, é o único crime evitável, se o percurso funcionar”.

Por sua vez, Denise Motta Dau, Secretária Nacional de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher, do Ministério das Mulheres, afirmou na audiência pública, que o esforço do Poder Legislativo na produção de dados, na elaboração de projetos de lei, na fiscalização da ação do Executivo é de *“suma importância para que as atividades coletivas possam prosseguir, não só de enfrentamento, mas de prevenção à violência contra as mulheres”*.



Além disso, ela afirmou ser necessária a “*desconstrução dessa visão de subordinação, de subjugação das mulheres e garantir que as mulheres sejam cidadãs de direitos e que haja igualdade de gênero é fundamental nessa jornada, que - eu concordo com a Deputada Soraya - envolve diversos partidos, movimentos, setores*”.

Na sequência, Raquel Andrade, Secretária Executiva de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Estado do Ceará, compartilhou as experiências bem-sucedidas do Estado do Ceará na implementação de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. Ela destacou iniciativas como a criação de centros especializados de atendimento às vítimas, campanhas regionais de conscientização e parcerias com entidades da sociedade civil. Raquel ressaltou ainda que as particularidades regionais devem ser levadas em consideração na formulação de políticas públicas, apontando que ações replicadas sem adaptação podem perder eficácia. Ela também sublinhou a importância de avaliar os resultados das políticas implementadas, garantindo que elas atendam às necessidades reais das comunidades locais.

Lúcia Bessa, Diretora de Gênero do Fórum de Mulheres do Mercosul, destacou o papel essencial das Procuradorias da Mulher no acolhimento e atendimento das demandas femininas, especialmente aquelas que não encontraram suporte adequado em outros órgãos públicos. Segundo ela, essas Procuradorias funcionam como instâncias fundamentais para encaminhar e resolver questões urgentes enfrentadas pelas mulheres, contribuindo para a prevenção e o enfrentamento da violência de gênero. Bessa também enfatizou que as conquistas das mulheres são fruto de lutas históricas e não concessões, ressaltando a obrigação do Parlamento de aprovar projetos que garantam os direitos das mulheres e promovam a equidade de gênero.

A audiência pública evidenciou a importância da atuação do Poder Legislativo no enfrentamento à violência contra as mulheres, por meio da criação de políticas públicas eficientes, coleta de dados e implementação de iniciativas regionais. O debate reforçou a necessidade de integração entre o Legislativo, o Executivo e a sociedade civil para enfrentar problemas estruturais, como a violência política, o feminicídio e a falta de



representatividade feminina. As contribuições das participantes, incluindo a experiência do Ceará e as reflexões de Lúcia Bessa, apontaram caminhos claros para fortalecer as Procuradorias da Mulher, ampliar a prevenção e garantir que as políticas implementadas atendam às necessidades das mulheres de forma eficaz e contextualizada.

10ª Reunião – Projeto Banco Vermelho no âmbito do Agosto Lilás

A reunião realizada em 20 de março de 2024 foi composta por uma parte deliberativa e uma audiência pública.

Primeira parte – Deliberativa

Foram aprovados dois requerimentos:

ITEM 1 - REQ 8/2024 – CMCVM: Requerimento voto de repúdio ao Deputado Federal Delegado da Cunha, pelas agressões dirigidas à sua ex-mulher e amplamente divulgadas em vídeo de circulação nacional que revelam também ameaças de morte. Autoria: Senadora Augusta Brito.

ITEM 2 - REQ 9/2024 – CMCVM (EXTRAPAUTA): Requer apresentação de voto de repúdio face ao caso de importunação sexual que aconteceu contra uma mulher em um elevador de um prédio comercial de Fortaleza. Autoria: Senadora Augusta Brito.

Segunda parte – Audiência Pública.

Finalidade: Debater o Projeto de Lei nº 147, de 2024, que insere o “Projeto Banco Vermelho no âmbito do Agosto Lilás”.

Participantes: Andrea Rodrigues - Presidente do Instituto Banco Vermelho; Paula Limongi - Diretora-Executiva do Instituto Banco Vermelho; Representante da Prefeitura Municipal de Recife – PE; Aline Yamamoto, Diretora da Secretaria Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres.

A Deputada Maria Arraes abriu a Audiência Pública, enquanto autora do PL 147/2024, que propõe a inserção do Projeto Banco Vermelho no âmbito do Agosto Lilás, campanha nacional de conscientização pelo fim da violência contra a mulher. O projeto foi posteriormente transformado na Lei Ordinária nº 14.942/2024.



Na audiência pública para tratar do tema, Andrea Rodrigues, Presidente do Instituto Banco Vermelho, afirmou que o banco vermelho é um ícone democrático que fala de um crime que é igualmente democrático. Segundo ela afirmou, *“precisamos lutar com as mesmas armas, a questão é essa, e estar em todos os lugares, porque, como Paula costuma dizer, até uma criança salva vida através desse banco”*.

Ela explica a trajetória que a levou até à construção do projeto. Após perder sua amiga, Patrícia, vítima de feminicídio, iniciou uma árdua luta por justiça. Este embate foi bem sucedido, com a condenação do réu, mas mesmo a justiça sendo feita, *“Quando terminou esse julgamento, eu tinha duas certezas. A primeira é que nada traz uma mulher morta de volta, nada. Não adianta a luta. A luta é necessária porque a justiça precisa ser feita, mas a gente pode não chegar a esse momento, porque o feminicídio é o crime mais democrático que existe. E eu pensei: eu preciso de um ícone tão democrático quanto”*. Foi quando conheceu, na Espanha, uma sala de hospital onde havia um banco vermelho, entre vários bancos de cores neutras, e nele constava a frase "Em memória de todas aquelas que foram assassinadas por quem deveria amá-las. Sente e reflita, levante e aja"; uma placa "Você não está sozinha"; e vários canais de ajuda para essa mulher.

Ao trazer para o Brasil o projeto, que iniciou-se na Itália, ela cita um banco vermelho que conseguiram instalar em frente ao Tribunal de Justiça de Pernambuco. Este banco representa acolhimento, e ao mesmo tempo representa sangue derramado, e um sinal de “Pare”, convidando a sentar e refletir, levantar e agir. Cada banco traz uma mensagem, ajudando que as mulheres consigam se enxergar na situação de violência doméstica, pela identificação com as frases.

Por sua vez, Paula Limongi, Diretora Executiva do Instituto Banco Vermelho, afirmou na reunião que “*o nosso lema aqui do Instituto Banco Vermelho é o feminicídio zero*”. Ela também entrou na luta após perder uma amiga, Renata, por feminicídio. O que iniciou-se com o intuito de um memorial em homenagem às duas amigas perdidas transformou-se em um movimento sobre o Brasil inteiro. Ao serem acolhidas pela Prefeitura de Recife, conseguiram espalhar 25 bancos pela cidade, em áreas de diversas composições socioeconômicas e vias de alto impacto. Foi a primeira ação



Primeira parte – Deliberativa

A reunião iniciou-se com a apresentação do Relatório do biênio 2019 a 2020, desta Comissão Mista, apresentado pela Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), que exerceu a Presidência durante o período.

Foram aprovados três requerimentos:

ITEM 1 - REQ 10/2024 – CMCVM: Requerimento de audiência pública com o objetivo de debater sobre ferramentas de combate à violência política de gênero considerando o papel de diferentes órgãos em um diálogo interinstitucional. Autoria: Senadora Augusta Brito.

ITEM 2 - REQ 11/2024 – CMCVM: Requerimento de audiência pública para tratar dos 18 anos de vigência da Lei Maria da Penha e promover um amplo debate sobre a efetividade da lei, identificar os avanços alcançados, as dificuldades enfrentadas e as melhores estratégias para sua implementação e interiorização em todo o país. Autoria: Senadora Augusta Brito.

ITEM 3 - REQ 12/2024 – CMCVM: Requerimento de Audiência Pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 4842/2023, que altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, para “instituir campanha permanente de conscientização em arenas esportivas e respectivas transmissões dos eventos para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher”.
Autoria: Senadora Augusta Brito.

Segunda parte - Audiência Pública

Finalidade: Debater o PL 2253/2023, que “Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, a fim de condicionar o arbitramento da fiança, nos crimes sujeitos à aplicação da Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, à decisão do juiz”.

Participantes: Vanessa Ribeiro Mateus, Coordenadora da Justiça Estadual e Representante de Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); Nataly Rodrigues Marcolino, Coordenadora-Geral de Direitos de Grupos Vulnerabilizados da Secretaria de Acesso à Justiça e Representante de Ministério da Justiça e Segurança Pública; Symara Motter, Membro do Conselho Deliberativo da CONAMP e Representante de Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Sandra Lia Leda Bazzo Barwinski,



Coordenadora-Geral de Garantia de Direitos e Acesso à Justiça e Representante de Ministério das Mulheres.

A Audiência Pública destinou-se a tratar deste projeto que propõe alterar o Código de Processo Penal para que, nos crimes abrangidos pela Lei Maria da Penha, a concessão de fiança seja condicionada à decisão judicial, retirando essa atribuição da autoridade policial. A proposta de condicionar a concessão de fiança à decisão judicial foi amplamente vista como um avanço significativo, uma vez que adiciona uma camada extra de proteção às vítimas de violência doméstica.

A presidência foi exercida pela autora do projeto, Deputada Rosangela Moro, argumentou que essa mudança é essencial para garantir maior proteção às mulheres vítimas de violência doméstica, evitando que agressores sejam liberados rapidamente após a detenção, o que poderia colocar as vítimas em risco ainda maior. A parlamentar enfatizou que a decisão judicial sobre a concessão de fiança permite uma análise mais aprofundada do caso, considerando o histórico de violência e a necessidade de medidas protetivas adicionais, assegurando uma resposta mais adequada e eficaz do sistema de justiça às situações de violência contra a mulher.

A Deputada explicou que a iniciativa do projeto partiu da solidariedade com o caso de Bárbara Penna, a qual participou da audiência, prestando depoimento por videoconferência para compartilhar seu relato pessoal como sobrevivente de uma tentativa de feminicídio.

Em 2013, Bárbara foi vítima de um ataque brutal perpetrado por seu então companheiro, que a espancou, ateou fogo em seu corpo e no apartamento onde residiam, e a lançou pela janela do terceiro andar. Além de passar por mais de 200 cirurgias plásticas para sua recuperação após ter 40% do corpo queimado, ela ainda sofreu com o luto por seus filhos, Isadora, de dois anos, e João Henrique, de três meses, que faleceram no incêndio.

Reconstruindo sua vida, ela traz relatos e reflexões extremamente relevantes:

“Estou sob medida protetiva de urgência devido às ameaças recebidas do meu algoz, que ainda se encontra preso, responsável pela morte dos meus filhos. Minha luta não é apenas contra a dor pessoal, mas também contra o sistema, que ainda falha em proteger as vítimas adequadamente”.



“Apesar de um reconhecimento internacional do meu ativismo, enfrento constantes bloqueios resultantes do machismo estrutural nos órgãos públicos. Muitas mulheres que tentam fazer a diferença ou expressar sua voz nos ambientes públicos são silenciadas e marginalizadas”.

“Atualmente, estou promovendo um abaixo-assinado para a alteração da Lei Maria da Penha, com o objetivo de tornar a lei mais punitiva para o agressor e mais protetora para as vítimas. Reunimos quase 970 mil assinaturas e estamos próximos de alcançar nosso objetivo”.

“É inadmissível estipular o pagamento de fiança para crimes contra as mulheres, mesmo que não ultrapassem quatro anos de pena. A violência contra a mulher frequentemente se inicia com agressões menores, como ofensas e violência psicológica, e pode evoluir para o feminicídio”.

“Se incentivamos as denúncias desde o início das agressões, como podemos afirmar que protegemos a vítima se o agressor pode pagar uma fiança e continuar a ameaçar a mulher, forçando-a a se esconder?”

“Os magistrados da vara de violência doméstica, responsáveis por expedir as medidas protetivas, possuem a expertise necessária para entender os riscos enfrentados pelas vítimas e devem estabelecer diretrizes de proteção adequadas. No entanto, para que isso aconteça, o Legislativo deve garantir a adequação jurídica através de leis apropriadas”.

“Como vítima que continua a sofrer ameaças quase 11 anos após a tragédia, mesmo com o agressor preso, estou convencida de que a legislação que permite a fiança em casos de violência contra as mulheres deve ser revogada”.

“Essa lei, que remonta a 1941, precede a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU, de 1948, e a nossa Lei Maria da Penha, de 2006, está desatualizada em relação às necessidades atuais de proteção das vítimas”.

*“O Projeto de Lei 2.253, de 2023, representa um avanço crucial na proteção das mulheres. **Precisamos olhar não apenas para as vozes das vítimas que foram silenciadas pela violência, mas também para as sobreviventes que enfrentam desafios psicológicos e físicos**”.*



“Acredito firmemente que projetos de lei como este e muitos outros necessitam de mais vozes para amplificar o clamor das vítimas em nosso país. Agradeço profundamente a oportunidade de compartilhar minha experiência e luta pelos direitos humanos das mulheres e suas famílias”.

“Encerro minha participação reiterando minha disposição para colaborar e continuar atuando na linha de frente pela igualdade, segurança, pelo fim dos feminicídios e suas tentativas. Por fim, cito uma frase que criei e sempre repito: entre um homem e uma mulher, só o coração pode bater”.

Essa argumentação foi reforçada por outras participantes, como a Juíza Vanessa Mateus, da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que destacou que a avaliação judicial permite uma análise mais aprofundada dos riscos à vítima, considerando também a possibilidade de prisão preventiva e a aplicação de medidas protetivas. Ela também enfatizou que condicionar o arbitramento da fiança à decisão de um juiz garante maior segurança jurídica, permitindo uma avaliação detalhada do histórico de violência e da gravidade da agressão. A magistrada ressaltou a necessidade de integração entre os órgãos do sistema de justiça e as redes de apoio às vítimas para assegurar a efetividade das medidas protetivas e prevenir novos episódios de violência.

A audiência também abordou a questão da uniformização de procedimentos. Symara Motter, representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), apontou que o projeto resolve divergências atuais sobre a concessão de fiança por autoridades policiais em casos de violência doméstica, trazendo mais clareza e eficácia ao sistema. Por sua vez, Sandra Lia Barwinski, Coordenadora-Geral de Garantia de Direitos e Acesso à Justiça do Ministério das Mulheres, reforçou que a violência contra a mulher deve ser tratada como uma grave violação dos direitos humanos, demandando medidas que garantam segurança, dignidade e uma resposta firme por parte do sistema de justiça.

Nataly Rodrigues Marcolino, Coordenadora-Geral de Direitos de Grupos Vulnerabilizados da Secretaria de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública, destacou a necessidade de aprimorar os mecanismos legais de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica.



Ela alertou para o risco que a concessão de fiança sem análise judicial representa, defendendo que somente um juiz pode avaliar o histórico de violência, a gravidade do caso e a necessidade de medidas protetivas adicionais.

A Defensora Pública Federal Carla Rodrigues Araújo de Castro também abordou a importância de um sistema mais robusto que priorize a segurança da vítima, evitando que a liberação rápida de agressores comprometa a integridade física e emocional das mulheres. Ela defendeu a necessidade de decisões judiciais que considerem fatores como a gravidade do caso e a adoção de medidas protetivas adicionais.

Por sua vez, na sessão da Comissão Mista Permanente de Combate à Violência Contra a Mulher, Sandra Lia Leda Bazzo Barwinsk, Coordenadora-Geral de Garantia de Direitos e Acesso à Justiça, da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, do Ministério das Mulheres, afirmou na reunião que a Lei Maria da Penha, em seu artigo 6º, define que a “violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos”. Segundo a palestrante, a Lei Maria da Penha é toda fundamentada não só nos direitos fundamentais constitucionais, § 8º do art. 226 da Constituição Federal de 1988, como na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Além disso, segundo ela declarou, “*observando a tramitação, eu vejo que o PL 2.253, de 2023, tem apensados outros dois projetos de lei: o Projeto de Lei 912, de 2023, que é do Deputado Rubens Pereira Júnior, o Projeto de Lei 6.916, de 2016, da Deputada Érika Kokay, e ainda tem como referência, tem apensado o próprio projeto de lei do novo CPP (Código de Processo Penal)*”.

Na sua fala, na sessão promovida pela Comissão, Vanessa Ribeiro Mateus, Coordenadora de Justiça Estadual da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), ex-Presidente da Associação Paulista de Magistrados, afirmou que no final de um ano de trabalho intenso, “*nós tínhamos 6 mil processos tramitando na Vara de Violência Doméstica, o que demonstrava que o que a gente não tinha era estatística, o que a gente não tinha era informação*”.



Essa foi mais uma relevante audiência pública no âmbito desta Comissão Mista, trazendo à tona um amplo escopo de pontos a serem aprimorados na legislação para proteção das mulheres contra a violência.

12ª Reunião – Ferramentas de combate à violência política de gênero

A reunião realizada em 04 de setembro de 2024 destinou-se exclusivamente à realização de Audiência Pública.

Finalidade: Debater sobre ferramentas de combate à violência política de gênero, considerando o papel de diferentes órgãos em um diálogo interinstitucional.

Participantes: Edilene Lôbo, Ministra do Tribunal Superior Eleitoral; Andréa Pachá, Secretária-Geral da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral; Leonardo Cardoso de Magalhães, Defensor Público-Geral Federal; Raquel Branquinho, Diretora-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União; Andreza Silva Xavier, Coordenadora-Geral de Participação Política das Mulheres em Espaço de Poder do Ministério das Mulheres; Rafaella Mikos Passos, Coordenadora do Observatório da Violência contra a Mulher da Defensoria Pública da União; Maria Teresa Firmino Prado Mauro, Coordenadora do Observatório da Mulher Contra a Violência do Senado Federal; Ana Cláudia Oliveira, Coordenadora de Pesquisas do Observatório Nacional da Mulher na Política, da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados; Cristiane Damasceno, Conselheira Federal e Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada do Conselho Federal da OAB;

A audiência pública teve como destaque a experiência do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Ceará, que implementou uma Comissão Interinstitucional composta por diversas entidades, como o TRE, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB, com o objetivo de atuar de forma articulada na prevenção e no enfrentamento desse tipo de violência.

A principal iniciativa resultante dessa articulação foi a formalização de um Pacto Estadual de Prevenção à Violência Política de Gênero, que tem como foco criar mecanismos efetivos de acolhimento, denúncia e proteção às mulheres que atuam na política. Esse pacto estabelece diretrizes para promover o acesso rápido à justiça, garantir a investigação célere dos casos e, sobretudo, criar um ambiente mais seguro para a



participação feminina nos processos políticos e eleitorais. Uma das ações práticas apresentadas foi a implementação de um atendimento virtual 24 horas pela Polícia Civil do Ceará, que permite às vítimas registrar ocorrências de forma rápida e sigilosa, independentemente do horário ou da localidade. Essa iniciativa tem contribuído para a redução da subnotificação de casos e oferece suporte imediato às mulheres vítimas de ameaças, assédio ou agressões relacionadas à sua atuação política. Outro aspecto importante do modelo cearense é o investimento em campanhas educativas e na capacitação de agentes públicos, como delegados, promotores e servidores do Judiciário, para lidar com a violência política de gênero de forma sensível e eficaz. As campanhas têm o objetivo de conscientizar a sociedade sobre a gravidade desse problema e de desconstruir a cultura machista que ainda permeia os espaços de poder. Além disso, o pacto prevê o monitoramento sistemático dos casos de violência política, com a criação de relatórios periódicos e indicadores que ajudam a dimensionar o problema e a embasar a formulação de políticas públicas específicas.

A experiência do Ceará foi apresentada como um modelo que pode ser replicado em âmbito nacional, dada a sua efetividade em unir diferentes instituições e criar uma rede de proteção abrangente. Esse tipo de articulação interinstitucional é essencial para enfrentar um problema complexo como a violência política de gênero, garantindo que as mulheres possam participar dos processos eleitorais e da vida pública sem medo de retaliações, ameaças ou ataques.

A Ministra Edilene Lôbo, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ressaltou a necessidade de consolidar políticas nacionais que integrem ações similares às do Ceará, destacando a importância de envolver o Judiciário e demais instituições para ampliar a proteção às mulheres que atuam na política. A ministra apontou a urgência de medidas preventivas e punitivas mais eficazes.

Andréa Pachá, Secretária-Geral da Presidência do TSE, apresentou dados sobre a violência política contra mulheres, evidenciando o crescimento dos casos em períodos eleitorais. Andréa defendeu a criação de ferramentas de denúncia acessíveis e destacou a importância da capacitação de agentes públicos para lidar com essas ocorrências.



Já Andreza Silva Xavier, Coordenadora do Ministério das Mulheres, reforçou a necessidade de atendimento especializado e humanizado às vítimas, mencionando experiências exitosas como o atendimento virtual 24 horas implementado pela Polícia Civil do Ceará. Andreza sugeriu que essa prática poderia ser expandida para outros estados, oferecendo um suporte rápido e eficaz.

Leonardo Cardoso de Magalhães, Defensor Público-Geral Federal, enfatizou a importância de uma atuação conjunta entre as instituições para combater a violência política de gênero. Ele destacou que a Defensoria Pública da União está comprometida em oferecer suporte jurídico às vítimas e em promover ações educativas que conscientizem sobre os direitos das mulheres na política. Leonardo ressaltou a necessidade de fortalecer os mecanismos de denúncia e proteção, garantindo que as mulheres possam exercer plenamente seus direitos políticos sem sofrer intimidações ou agressões.

Raquel Branquinho, Diretora-Geral da Escola Superior do Ministério Público da União, abordou a relevância da formação e capacitação dos membros do Ministério Público para identificar e atuar em casos de violência política de gênero. Ela mencionou que a Escola Superior tem desenvolvido programas de treinamento específicos para aprimorar a atuação dos procuradores e promotores nessa área. Raquel também enfatizou a importância de uma abordagem proativa, que não apenas responda aos casos de violência, mas que também trabalhe na prevenção e na promoção de uma cultura política mais inclusiva e respeitosa.

Rafaella Mikos Passos, Coordenadora do Observatório da Violência contra a Mulher da Defensoria Pública da União, apresentou dados preocupantes sobre a incidência de violência política contra mulheres no Brasil. Ela destacou que muitas vítimas ainda enfrentam barreiras para denunciar os abusos sofridos, seja por medo de retaliação ou por desconhecimento dos canais de apoio disponíveis. Rafaella reforçou a necessidade de ampliar a divulgação dos serviços de assistência e de fortalecer as redes de apoio às mulheres em todo o país.

Maria Teresa Firmino Prado Mauro, Coordenadora do Observatório da Mulher Contra a Violência do Senado Federal, compartilhou os



resultados de pesquisas recentes que evidenciam a persistência da violência política de gênero no Brasil. Ela apontou que, apesar dos avanços legislativos, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir a plena participação das mulheres na política sem o temor de serem alvo de violência. Maria Teresa sugeriu a implementação de políticas públicas mais eficazes e a necessidade de monitoramento constante para avaliar o impacto das medidas adotadas.

Ana Cláudia Oliveira, Coordenadora de Pesquisas do Observatório Nacional da Mulher na Política, da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, discutiu a importância de coletar e analisar dados sobre a participação feminina na política e os obstáculos enfrentados. Ela ressaltou que a produção de conhecimento científico nessa área é fundamental para embasar políticas públicas e ações afirmativas que promovam a igualdade de gênero nos espaços de poder. Ana Cláudia também destacou a necessidade de incentivar a participação política das mulheres desde a base, promovendo a educação política e a conscientização sobre seus direitos.

Cristiane Damasceno, Conselheira Federal e Presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada do Conselho Federal da OAB, enfatizou o papel da advocacia na defesa dos direitos das mulheres que sofrem violência política. Ela mencionou que a OAB tem atuado ativamente na promoção de campanhas de conscientização e na oferta de suporte jurídico às vítimas. Cristiane também destacou a importância de uma legislação robusta e de sua efetiva aplicação para coibir práticas de violência e garantir um ambiente político mais seguro e inclusivo para as mulheres.

Entre os principais pontos levantados na audiência, destacaram-se: a importância da replicação do modelo cearense em nível nacional, a necessidade de campanhas educativas para desnaturalizar a violência de gênero na política, e a criação de mecanismos interinstitucionais permanentes para monitorar e combater esse tipo de violência.

A audiência concluiu que o enfrentamento à violência política de gênero exige ações coordenadas entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de uma atuação ativa dos órgãos de justiça eleitoral e de direitos humanos. A experiência do Ceará foi reconhecida como um exemplo a ser seguido, mostrando a eficácia de pactos estaduais e atendimentos especializados no combate à violência política contra as mulheres.



13ª Reunião - Campanha permanente de conscientização para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher no esporte

A reunião realizada em 13 de novembro de 2024 foi composta por uma parte deliberativa e uma audiência pública.

Primeira parte – Deliberativa

Foi aprovado um requerimento:

ITEM 1 - REQ 13/2024 – CMCVM: Requer audiência pública para debater sobre as ações dos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres.

Segunda parte - Audiência Pública

Finalidade: Debater o Projeto de Lei nº 4842/2023, que altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, para “instituir campanha permanente de conscientização em arenas esportivas e respectivas transmissões dos eventos para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher”.

Participantes: Lucimara Rosana Cardozo, Coordenadora-geral de Cultura do Ministério das Mulheres; Athirson Mazolli e Oliveira, Secretário Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor do Ministério do Esporte; Ricardo Leão, Gerente de Desenvolvimento e Projetos da Confederação Brasileira de Futebol – CBF; Isabella Silva Matosinhos, Pesquisadora no Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Daniela Grelin, Diretora-executiva do Instituto Avon; Karen Bonfim, Gerente de Comunicação da Arena BRB; Mariléia dos Santos, Diretora de Políticas de Futebol e de Promoção do Futebol Feminino do Ministério do Esporte

A audiência pública teve como tema central a discussão do Projeto de Lei nº 4.842/2023, que visa implementar campanhas permanentes de conscientização sobre a violência contra a mulher em arenas esportivas e transmissões de eventos. A sessão foi aberta pela Senadora Augusta Brito, que destacou a relevância da audiência no contexto dos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher, reforçando a necessidade de ampliar a conscientização em espaços esportivos.



protocolos de atendimento e denúncia, além de campanhas de sensibilização voltadas para torcedores e profissionais do esporte. Ela também destacou a necessidade de pesquisas contínuas para monitorar o impacto das ações e subsidiar políticas públicas eficazes.

Daniela Grelin, Diretora-executiva do Instituto Avon, enfatizou o papel crucial da sociedade civil e do setor privado no enfrentamento à violência contra a mulher. Ela apresentou exemplos de campanhas de sucesso lideradas pelo Instituto Avon, mostrando como parcerias intersetoriais podem ampliar o impacto e a abrangência das ações. Daniela defendeu a continuidade e a permanência das campanhas nos eventos esportivos, alertando para os riscos de ações isoladas que não criam mudanças duradouras. Ela reforçou a importância do diálogo entre diferentes setores para promover soluções efetivas.

Karen Bonfim, Gerente de Comunicação da Arena BRB, compartilhou a experiência da Arena BRB na implementação de campanhas de conscientização durante eventos esportivos. Karen apresentou exemplos de ações desenvolvidas em transmissões e na própria estrutura da arena, como mensagens exibidas em telões, campanhas educativas no intervalo dos jogos e abordagens ao público sobre o combate à violência de gênero. Ela ressaltou que iniciativas práticas e visíveis são capazes de sensibilizar torcedores e criar um ambiente mais inclusivo e acolhedor para as mulheres.

Marileia dos Santos (Michael Jackson), Diretora de Políticas de Futebol e de Promoção do Futebol Feminino do Ministério do Esporte, trouxe à tona a importância do futebol feminino como parte da luta pela igualdade de gênero e no enfrentamento à violência contra a mulher. Ela destacou que o fortalecimento e a valorização do futebol feminino são fundamentais para ampliar a representatividade e inspirar mudanças culturais. Marileia defendeu que campanhas educativas incluam o protagonismo das mulheres no esporte, como uma forma de desconstruir estereótipos e promover a inclusão, ressaltando que o futebol feminino deve ser visto como um aliado na transformação social.

Durante a audiência, ficou evidente o consenso de que o esporte é um meio poderoso para a sensibilização social, especialmente pela sua ampla audiência. A necessidade de investimentos em educação e de um



trabalho intersetorial entre órgãos públicos, iniciativa privada e sociedade civil foi um ponto amplamente discutido. Os convidados também enfatizaram que campanhas permanentes têm maior potencial de impacto do que ações isoladas.

Por fim, a audiência reforçou a urgência de aprovar o projeto de lei e consolidar o esporte como uma ferramenta de transformação cultural no combate à violência contra a mulher. A senadora Augusta Brito encerrou a sessão agradecendo as contribuições dos participantes e ressaltou que o relatório final da reunião será um passo importante para avançar com a proposta legislativa.

14ª Reunião – 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres

A reunião realizada em 19 de novembro de 2024 foi composta por uma parte deliberativa e uma audiência pública.

Primeira parte – Deliberativa

Nessa reunião foi aprovado um requerimento:

ITEM 1 - REQ 14/2024 – CMCVM: Requerimento de Audiência Pública para debater a situação de mulheres brasileiras vítimas de violência doméstica no exterior.

Primeira parte – Audiência Pública.

Finalidade: Debater sobre as ações da campanha dos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher.

Participantes: Vera Lúcia Santana Araújo, Ministra do Tribunal Superior Eleitoral; Daniela Corrêa Jacques Brauner, Defensora Pública Federal; Denise Motta Dau, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

A audiência pública teve como foco a campanha 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher, uma mobilização global que busca conscientizar a sociedade e promover ações para erradicar a violência



de gênero. Realizada anualmente, a campanha envolve governos, sociedade civil, instituições públicas e privadas, além de movimentos sociais e organizações internacionais.

No Brasil, a campanha inicia em 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, e se estende até 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, totalizando 21 dias. A iniciativa promove debates, ações educativas, palestras e mobilizações para sensibilizar a sociedade e cobrar políticas públicas eficazes de enfrentamento à violência contra mulheres e meninas. A campanha destaca datas importantes, como 25 de novembro (Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres) e 6 de dezembro (Dia do Laço Branco, que mobiliza homens contra a violência de gênero). Seu objetivo central é educar a população, dar visibilidade ao problema e fortalecer o compromisso coletivo para erradicar a violência, promovendo direitos humanos e igualdade de gênero.

Durante a sessão, foram apresentadas reflexões sobre o papel das instituições no enfrentamento à violência de gênero e a necessidade de fortalecer políticas públicas voltadas para a proteção das vítimas.

A ministra do TSE, Vera Lúcia Santana Araújo, destacou a responsabilidade do Judiciário no combate à violência política e à sub-representação feminina nos espaços de poder. Ela apontou para a baixa representatividade feminina no Poder Legislativo e no Poder Judiciário, mencionando o fato de a Ministra Cármen Lúcia ser atualmente a única mulher na composição do Supremo Tribunal Federal. Ela reforçou a importância de garantir visibilidade às pautas femininas e a implementação de ações concretas para combater a violência de gênero. Ao tratar sobre os esforços efetivos, como a Jornada Maria da Penha, pela qual o Conselho Nacional de Justiça faz a criação dos fóruns, afirmou “Os depoimentos que a gente vai colacionando dessas mães, desses pais, desses irmãos, irmãs, parentes, amigos, enfim, com a perda de cada uma das mulheres, nos desafiam, e nos desafiam diuturnamente, porque todas as medidas já implementadas ainda não se mostram suficientes”.

A secretária nacional Denise Motta, representando o Ministério das Mulheres, apresentou a informação que Brasil conta com dez Casas da Mulher Brasileira em funcionamento, seis atualmente em obra, uma em projeto



Ao fechar a sessão, a Senadora Damares Alves, ocupando a presidência, enfatizou a importância de fortalecer as políticas públicas de proteção às mulheres, destacando a necessidade de uma abordagem intersetorial que envolva diferentes esferas do governo e da sociedade civil. A senadora também ressaltou a relevância de campanhas educativas, como os 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher, para conscientizar a população sobre a gravidade da violência de gênero e promover mudanças culturais necessárias para sua erradicação. Além disso, sublinhou a



Como Alta Representante para Temas de Gênero, a Embaixadora Vanessa Dolce de Faria destacou o papel das políticas de gênero no exterior e o compromisso do Brasil em assegurar a proteção das cidadãs. Ela apresentou propostas para fortalecer o diálogo com governos estrangeiros e ampliar acordos bilaterais que facilitem o acesso das vítimas a serviços de apoio locais. Vanessa também sugeriu o uso de tecnologia para criar plataformas seguras de denúncia e orientação.

A diretora da Secretaria de Transparência do Senado, Elga Mara Teixeira Lopes, abordou o papel das instituições brasileiras na coleta e disseminação de informações sobre a violência contra a mulher. Ela apresentou dados preliminares do Observatório da Mulher e destacou a importância da transparência e do acompanhamento constante dessas políticas para que se tornem mais eficazes.

As intervenções ressaltaram os relatos alarmantes de casos de violência, principalmente em países onde a legislação local dificulta o apoio às estrangeiras. Autoridades consulares relataram o aumento do número de mulheres que procuram ajuda em embaixadas e consulados brasileiros, sendo muitas vezes os únicos locais onde conseguem encontrar orientação. Foi destacado que a falta de fluência no idioma local e o desconhecimento de seus direitos aumentam a vulnerabilidade dessas mulheres.

Um ponto recorrente foi a necessidade de cooperação internacional e a criação de canais diretos de atendimento e denúncia em português, facilitando o acesso a serviços jurídicos e psicológicos. Além disso, foi sugerida a implementação de parcerias com organizações internacionais e ONGs locais para oferecer suporte humanitário e abrigo temporário.

Ao final da reunião, foi consenso entre os participantes que o combate à violência contra mulheres brasileiras no exterior deve ser encarado como uma prioridade, demandando políticas públicas efetivas, melhor estrutura nos serviços consulares e campanhas educativas para prevenir e enfrentar o problema. A Comissão se comprometeu a consolidar as sugestões apresentadas e transformá-las em propostas legislativas ou ações coordenadas para garantir maior proteção às vítimas.

16ª Reunião – Redes de enfrentamento às violências contra as mulheres



Durante os debates, foi consenso que a Lei Maria da Penha, apesar de ser um marco legislativo fundamental, ainda enfrenta desafios na sua implementação, especialmente no que diz respeito à estruturação das redes de atendimento às vítimas. Os participantes também enfatizaram a importância de garantir maior investimento governamental para programas de apoio às mulheres em situação de vulnerabilidade e ampliar a capacitação de profissionais que atuam no sistema de justiça e segurança pública.



A reunião realizada em 04 de dezembro de 2024 foi composta por uma Reunião de Trabalho para aprovação das emendas de comissão ao PLOA 2025 (PL 26/2024-CN) e por uma audiência pública.

Primeira parte – Reunião de Trabalho

Objetivo: Apreciação das emendas da Comissão ao PLOA 2025 (PL 26/2024-CN).

Foi aprovado o relatório da Senadora Jussara Lima, que conclui pela apresentação de quatro emendas de apropriação ao PLOA 2025, nos seguintes termos:

- Emenda nº 1-CMCVM, à Ação 00SN - Apoio à Implementação de Casas da Mulher Brasileira e de Centros de Referência da Mulher Brasileira, do Ministério das Mulheres, no valor de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), atendendo às propostas de números 1, 4, 6, 12, 14, 18, 21, 29, 38, 42, 48, 49, de autoria dos parlamentares Dep. Elcione Barbalho, Sen. Mara Gabrilli, Sen. Damares Alves, Dep. Ana Paula Leão, Sen. Jussara Lima, Sen. Augusta Brito, Sen. Professora Dorinha, Sen. Teresa Leitão, Sen. Eliziane Gama, Dep. Jack Rocha e Sen. Soraya Thronicke, Dep. Flávia Moraes e Sen. Ana Paula Lobato;
- Emenda nº 2-CMCVM, à Ação 21GJ - Apoio às Iniciativas de Prevenção, Acesso à Justiça e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, também do Ministério das Mulheres, no valor de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais) atendendo às propostas de números 2, 3, 8, 10, 11, 16, 19, 26, 32, 37, 40, 47 e 52, de autoria dos parlamentares Sen. Augusta Brito, Sen. Jussara Lima, Dep. Maria Arraes, Sen. Mara Gabrilli, Sen. Ana Paula Lobato, Dep. Flávia Moraes, Dep. Elcione Barbalho, Sen. Leila Barros, Sen. Professora Dorinha, Sen. Augusta Brito, Sen. Teresa Leitão, Sen. Eliziane Gama, Dep. Jack Rocha e Sen. Soraya Thronicke;



- Emenda nº 3-CMCVM, à Ação 21GF - Fomento à Participação Efetiva das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão, do Ministério das Mulheres, no valor de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), atendendo às propostas de números 9, 13, 17, 22, 30, 36, 41, 51, de autoria dos parlamentares Sen. Ana Paula Lobato, Sen. Soraya Thronicke, Dep. Jack Rocha, Sen. Teresa Leitão, Sen. Augusta Brito, Sen. Jussara Lima, Dep. Flávia Moraes e Sen. Mara Gabrilli;
- Emenda nº 4-CMCVM, à Ação 21GG - Apoio às iniciativas de promoção da Igualdade de Direitos e Autonomia Econômica das Mulheres, também do Ministério das Mulheres, no valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), atendendo às propostas de números 7, 20, 25, 27, 28, 39, 43 e 50, de autoria dos parlamentares Sen. Jussara Lima, Dep. Ana Paula Leão, Dep. Flávia Moraes, Sen. Leila Barros, Sen. Soraya Thronicke, Dep. Jack Rocha, Sen. Teresa Leitão e Sen. Augusta Brito.

Segunda parte – Audiência Pública

Finalidade: Apresentar a cartilha “10 Ações de políticas públicas para saúde mental de meninas e mulheres”.

Participantes: Dayana Rosa, Gerente de Programa do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde – IEPS; Bruno Ziller, Coordenador de projetos e advocacy do Instituto Cactus; Taia Duarte Mota, Coordenadora de Projetos de Desinstitucionalização da Rede de Atenção Psicossocial do Ministério da Saúde; Aline de Oliveira Costa, Diretora do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência do Ministério da Saúde.

Na audiência pública foi apresentada a cartilha “10 Ações de Políticas Públicas para a Saúde Mental de Meninas e Mulheres”. O documento propõe diretrizes concretas para enfrentar os desafios relacionados à saúde mental feminina, destacando a necessidade de ações específicas e integradas no âmbito das políticas públicas. A Presidência da sessão foi revezada entre a senadora Augusta Brito (PT-CE) e a Deputada Ana Paula Leão (PP-MG).



A senadora Augusta Brito, que também é coordenadora de Saúde Mental das Mulheres na Frente Parlamentar de Saúde Mental, abriu os trabalhos enfatizando que a saúde mental de meninas e mulheres é uma questão urgente e diretamente conectada a problemas estruturais, como violência doméstica, desigualdade de gênero e sobrecarga social, tratando-se, assim, de uma demanda por justiça social. Para Augusta, que defendeu uma abordagem intersetorial para integrar os setores de saúde, educação e assistência social, a implementação de ações preventivas e de acolhimento é fundamental para garantir o bem-estar dessa população. Ela elogiou a cartilha como uma ferramenta estratégica e reiterou a necessidade de fortalecer as redes de atendimento, como os CAPS, e ampliar as ofertas de acolhimento e prevenção. Ainda, destacou a importância da cartilha como um instrumento para orientar gestores públicos e garantir a implementação de ações práticas que atendam às necessidades dessa população.

Bruno Ziller, Coordenador de Projetos e Advocacy do Instituto Cactus, ressaltou a necessidade de políticas públicas baseadas em dados concretos e evidências científicas. Ele apresentou informações do Instituto que mostram que as mulheres são a maioria nos atendimentos de saúde mental no SUS, mas ainda enfrentam barreiras de acesso. Bruno destacou a importância de ampliar os investimentos em programas de prevenção e acolhimento, sugerindo campanhas de conscientização para combater o estigma sobre doenças mentais.

Dayana Rosa, Gerente de Programa do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), trouxe um panorama dos desafios estruturais do sistema de saúde no atendimento à saúde mental feminina. Ela enfatizou a necessidade de uma abordagem intersetorial entre saúde, educação e assistência social para garantir serviços mais efetivos e propôs o desenvolvimento de indicadores de monitoramento para medir a eficácia das ações implementadas.

Taia Duarte Mota, Coordenadora de Projetos de Desinstitucionalização da Rede de Atenção Psicossocial do Ministério da Saúde, focou na importância de fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e promover a desinstitucionalização, substituindo internações prolongadas por um modelo de atendimento comunitário e humanizado. Taia

* C D 2 4 0 7 4 6 8 6 4 9 0 0 *



destacou os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) como fundamentais para o acolhimento e tratamento das mulheres em sofrimento mental, defendendo a ampliação desses serviços.

Aline de Oliveira Costa, Diretora do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência do Ministério da Saúde, apresentou dados sobre a crescente demanda por serviços de saúde mental, defendendo mais investimentos em infraestrutura e capacitação de profissionais do SUS. Aline destacou a importância de integrar os serviços de atenção primária e hospitalar, garantindo um fluxo eficiente no atendimento e uma abordagem humanizada voltada às mulheres.

Deputado Pedro Campos, presidente da Frente Parlamentar de Saúde Mental, reforçou o compromisso da Frente em avançar com a pauta no Congresso Nacional. Ele ressaltou a necessidade de assegurar recursos orçamentários para implementar políticas públicas eficazes e destacou a cartilha como um instrumento prático para orientar gestores e legisladores, reafirmando a importância da articulação entre governo, parlamentares e sociedade civil.

Por fim, Deputada Ana Paula Leão enfatizou a importância de incluir ações de educação emocional e prevenção desde a infância, defendendo que iniciativas voltadas às meninas podem reduzir significativamente os transtornos mentais na vida adulta. Ela alertou para a urgência de garantir que serviços de saúde mental estejam disponíveis em regiões vulneráveis, onde o acesso é mais restrito, e reforçou a importância da integração das políticas públicas como solução para enfrentar esses desafios.

Os participantes, portanto, convergiram na defesa de políticas públicas estruturadas, intersetoriais e humanizadas, com foco em prevenção, acolhimento e ampliação dos serviços especializados, visando promover o bem-estar e a saúde mental de meninas e mulheres no Brasil. Foi consenso entre os debatedores que a violência de gênero é uma das principais causas dos altos índices de transtornos mentais entre as mulheres, tornando fundamental uma abordagem que inclua prevenção da violência, acolhimento psicológico e apoio socioeconômico.



4. Projetos de Lei relacionados aos trabalhos da Comissão

Projeto de Lei nº 4842, de 2023, da Senadora Augusta Brito (PT/CE), que altera a Lei nº 14.448, de 9 de setembro de 2022, para “instituir campanha permanente de conscientização em arenas esportivas e respectivas transmissões dos eventos para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher”.

Projeto de Lei nº 2253, de 2023, da Deputada Rosângela Moro (UNIÃO/SP), que “Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, a fim de condicionar o arbitramento da fiança, nos crimes sujeitos à aplicação da Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, à decisão do juiz”.

Projeto de Lei nº 2.762, de 2024, do Poder Executivo, que cria a Política Nacional de Cuidados.

Projeto de Lei nº 147/2024, da Deputada Maria Arraes (SOLIDARIEDADE/PE), que insere o “Projeto Banco Vermelho no âmbito do Agosto Lilás”. Transformado na Lei Ordinária 14.942/2024.

5. Recomendações

Ao longo deste biênio, a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM) consolidou avanços significativos na articulação de políticas públicas, fiscalização de ações governamentais e promoção de debates fundamentais sobre a violência de gênero no Brasil. A atuação desta Comissão evidenciou tanto os desafios persistentes quanto as oportunidades de aperfeiçoamento no enfrentamento à violência contra as mulheres, e por consequência apresenta as seguintes recomendações:

1. Implementação de Políticas Públicas Interseccionais: Desenvolver políticas efetivas que abordem a violência de gênero e raça, reconhecendo que as opressões são estruturais e ancoradas no capitalismo.

Boa Prática: Garantir orçamento específico e contínuo para ações interseccionais.



Prática: Incorporar análises interseccionais ao planejamento de políticas e programas, priorizando mulheres negras, indígenas e em situação de vulnerabilidade.

2. Fortalecimento das Redes de Apoio: Ampliar e fortalecer as Casas da Mulher Brasileira e centros de atendimento, garantindo a presença dessas estruturas em regiões vulneráveis.

Prática: Criar parcerias com instituições comunitárias, como terreiros, valorizando esses espaços como agentes de acolhimento e resistência.

3. Capacitação Contínua: Oferecer treinamentos para profissionais da justiça e segurança pública com foco no racismo estrutural e na perspectiva de gênero.

4. Educação e Prevenção: Desenvolver programas sobre gênero e masculinidades nas escolas para desconstrução de estereótipos.

Sugestão: Incluir conteúdos transversais nos currículos escolares e capacitar educadores.

5. Observatório de Dados: Fortalecer o Observatório da Mulher Contra a Violência para coleta, análise e visualização de dados sobre violência de gênero.

Boa Prática: Desenvolver ferramentas interativas, como o “Mapa Nacional da Violência de Gênero”.

6. Combate ao Feminicídio: Implementar políticas específicas de prevenção, investigação eficiente e punição exemplar.

Sugestão: Monitorar e revisar a aplicação das medidas protetivas com tecnologias, como tornozeleiras eletrônicas.

7. Acesso e Permanência Estudantil: Garantir a inclusão de mulheres negras e indígenas no ambiente acadêmico com medidas como bolsas, moradia e assistência psicológica.

8. Participação Política: Promover a inclusão de mulheres negras e indígenas em espaços de poder, combatendo estereótipos e barreiras institucionais.

Boa Prática: Priorizar o financiamento de candidaturas femininas e programas de formação de lideranças.

9. Campanhas Educativas e Simbólicas: Ampliar iniciativas como o Banco Vermelho e o Agosto Lilás.



Boa Prática: Integrar mensagens educativas em locais de impacto, como praças, escolas e hospitais.

10. Abordagem Intersetorial: Integrar os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e a sociedade civil em políticas coordenadas e eficazes.

Prática: Realizar comitês permanentes para monitoramento e fiscalização das ações.

6. Considerações Finais

Durante o biênio 2023-2024, a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM) realizou um trabalho robusto e articulado, reafirmando seu compromisso no enfrentamento à violência de gênero no Brasil. As reuniões realizadas abrangeram temas sensíveis e urgentes, como feminicídio, violência política de gênero, interseccionalidade e a situação das mulheres brasileiras no exterior, reforçando a abrangência e a profundidade da atuação desta Comissão.

A CMCVM destaca-se pela capacidade de articulação interinstitucional e pelo diálogo permanente com representantes dos Poderes Executivo e Judiciário, movimentos sociais e especialistas, evidenciando a necessidade de uma abordagem conjunta para erradicar a violência contra as mulheres. Foram debatidas propostas inovadoras, como o Projeto Banco Vermelho, inserido no âmbito do Agosto Lilás, e sugeridas melhorias no Código de Processo Penal, com destaque para a revogação da concessão de fiança em casos de violência doméstica. A realização de audiências temáticas, como aquelas voltadas à saúde mental das mulheres e à violência nos espaços de poder, consolidou a Comissão como um espaço plural e representativo de escuta e construção de soluções efetivas.

Além disso, as discussões permitiram que a Comissão identificasse lacunas na implementação das políticas públicas e propusesse ajustes estratégicos voltados à realidade de cada localidade. A coleta de dados e as parcerias com o Observatório da Mulher Contra a Violência e instituições de pesquisa como o DataSenado proporcionaram diagnósticos precisos, fundamentais para a formulação de políticas embasadas em evidências. O trabalho da Comissão também ressaltou a urgência de priorizar a proteção de



grupos mais vulneráveis, como mulheres negras, indígenas, quilombolas, LGBTQIA+ e residentes de áreas rurais e periféricas.

Os esforços realizados permitiram avanços legislativos e orçamentários, mas os impactos vão além das conquistas tangíveis, alcançando avanços na articulação interinstitucional, no registro público de esforços e reflexões dedicados à erradicação destes crimes que constituem uma verdadeira cicatriz no seio de nossa nação. Esperamos que reverberem junto à sociedade civil, aos poderes constituídos, às instituições de segurança pública, junto às comunidades, às escolas, às famílias.

Por fim, a atuação do biênio reafirmou que o combate à violência contra a mulher exige continuidade, comprometimento e recursos adequados. Os esforços da CMCVM resultaram em importantes avanços legislativos e no fortalecimento de redes de apoio, mas também evidenciaram desafios persistentes que demandam vigilância constante. O legado deixado pela Comissão este biênio é um chamado ao Parlamento e à sociedade para manter o compromisso com a construção de um país mais justo, seguro e igualitário, onde nenhuma mulher seja silenciada ou invisibilizada.

